



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 013 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

[secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)

## **Projeto Resolução nº 9/2017**

Acolhe recurso em face da decisão que deixou de receber propositura do projeto de lei nº 01/2017 que “Institui sistema especial de reserva de vagas, resguardando parte das vagas nos cursos e atividades esportivas, culturais e sociais, promovidas pela municipalidade, através dos órgãos competentes, a jovens que estejam cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida”

A Câmara Municipal de Registro RESOLVE:

Art. 1º Em observância das normas regimentais da Câmara Municipal de Registro-SP, por decisão da Comissão de Justiça e Redação, nos termos do art. 184, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, fica acolhido o recurso apresentado contra ato que deixou de receber propositura do Projeto de Lei nº 01/2017 que “Institui sistema especial de reserva de vagas, resguardando parte das vagas nos cursos e atividades esportivas, culturais e sociais, promovidas pela municipalidade, através dos órgãos competentes, a jovens que estejam cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida”.

Art. 2º Este Projeto de Resolução seguirá o rito do art. 208, § 3º e 209, § 2º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário “Vereador Daniel das Neves”, 25 de abril de 2017.

**Gerson Teixeira**

**Presidente da Comissão de Justiça e Redação**

**Cristiano José Martins de Oliveira**

**Relator da Comissão de Justiça e Redação**

**Heitor Pereira Sansão**

**Membro da Comissão de Justiça e Redação**

**PROTOCOLO Nº 714/ 2017**



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 013 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

[secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)

## JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n.º 001/2017, apresentado pelo vereador Fábio Cardoso Júnior, pautou sobre a instituição de sistema especial de reserva de vagas, resguardando parte das vagas nos cursos e atividades esportivas, culturais e sociais, promovidas pela municipalidade, através dos órgãos competentes, a jovens que estejam cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida.

No parecer jurídico da procuradoria desta Câmara, de fl. 05/06, trouxe a fundamentação de que o Projeto de Lei em comento não poderia ser recebido por se tratar matéria alheia a competência da Câmara, porque institui programa governamental voltado a jovens infratores, sendo que programas governamentais são de competência exclusiva do Poder Executivo, entendendo ser “manifestamente inconstitucional (fl.05, 6º parágrafo)”.

Ora, pela leitura do Projeto de Lei n.º 001/2017, não se vislumbra que o texto objetiva criar programas, até porque o Projeto não obriga o Poder Executivo a criar cursos e atividades esportivas, culturais e sociais. Esta ação continua sendo prerrogativa discricionária do Poder Executivo. O que o Projeto de Lei objetiva é apenas que, quando da criação de tais atividades, a possibilidade de que os jovens que estejam cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida sejam permitidos a se matricularem, com uma reserva de 10% das vagas criadas pelo Poder Executivo.

Conforme entendimento de Geraldo Márcio Gonçalves Mendes, Professor de Direito Constitucional da UFJF, **“A instituição de políticas públicas de ação afirmativa, como as cotas, é prerrogativa do Poder Legislativo e do Poder Executivo.”**<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> MENDES, Geraldo Márcio Gonçalves. **Repensando o sistema de cotas à luz da teoria da separação de poderes.** Disponível em: <[http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/juri\\_geraldo.pdf](http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/juri_geraldo.pdf)>. Acesso em: 24 abr 2017.



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 013 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

[secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)

Outrossim, o mesmo Geraldo Márcio Gonçalves Mendes continua seu entendimento, relatando:

**“Em que pese as inúmeras limitações técnicas do Congresso, o Parlamento é o palco por excelência da democracia. Portanto, as principais questões de interesse público em especial as que envolvam restrições a direitos fundamentais podem e devem ser resolvidas pelo Poder Legislativo. É imprescindível que as escolhas políticas fundamentais acerca da distribuição de bens sociais escassos, como é o caso das vagas das universidades, sejam fruto da vontade do povo (único titular do poder) ou de seus representantes legítimos. Ademais, como agentes políticos sujeitos a retroatividade democrática, os Congressistas não só representam o povo, eles também são responsáveis por suas ações perante todos (BÖCKENFÖRDE). Prova disto, através da vontade popular, manifestada pelo voto, os parlamentares podem simplesmente perder seus cargos. A atividade legislativa só pode ser vedada ou a limitada pela própria Constituição. No entanto a possibilidade de inovação do ordenamento se subordina ao princípio da coerência, ou da observância dos preceitos constitucionais. Assim, a validade das deliberações do Congresso pressupõe não só a legitimidade dos meios utilizados e dos fins perseguidos pelo legislador (adequação constitucional), mas também a conformação dos meios escolhidos para a implementação dos fins almejados (razoabilidade). Cabe salientar que só o Parlamento, através de lei, com a devida sanção presidencial, tem poderes e legitimidade democrática para compelir as universidades a adotarem o sistema de cotas (art 5º, II). E caso o Congresso efetivamente se decida pela adoção desta política de ação afirmativa deverá fazê-lo de forma proporcional.”**

Ora, se o Parlamento federal pode instituir reserva de vagas em instituições públicas de ensino superior, tais ações afirmativas podem ser disciplinadas também na esfera municipal, como objetiva o Projeto em Comento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 013 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

[secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)

Ademais, o controle de constitucionalidade de leis municipais é promovido exclusivamente, no juízo abstrato, concentrado e direto, pelo contraste com normas da Constituição Estadual, não servindo como parâmetros de confronto a Lei Orgânica do Município nem a Constituição Federal, salvo, nesta última hipótese, dispositivos reproduzidos na Constituição Estadual. Tampouco se presta esse controle ao exame do divórcio entre a lei local e leis federais ou estaduais.

Feita essa advertência, não se verifica violação ao princípio da separação dos poderes e ao esquema de iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Poder Executivo na disciplina da matéria constante do Projeto de Lei impugnado nesta via. **Regra é a iniciativa legislativa pertencente ao Poder Legislativo, exercitável por seus membros na forma prevista, sendo excepcional a atribuição de reserva a certa categoria de agentes, entidades e órgãos.** Corolário é a devida interpretação restritiva às hipóteses de iniciativa legislativa reservada, como observa tradicional e autorizada lição doutrinária:

“A distribuição das funções entre os órgãos do Estado (poderes), isto é, a determinação das competências, constitui tarefa do Poder Constituinte, através da Constituição. Donde se conclui que as exceções ao princípio da separação, isto é, todas aquelas participações de cada poder, a título secundário, em funções que teórica e normalmente competiriam a outro poder, só serão admissíveis quando a Constituição as estabeleça, e nos termos em que fizer. **Não é lícito à lei ordinária, nem ao juiz, nem ao intérprete, criarem novas exceções, novas participações secundárias, violadoras do princípio geral de que a cada categoria de órgãos compete aquelas funções correspondentes à sua natureza específica**”.  
(grifo nosso) <sup>2</sup>

Neste sentido, colhe-se da Suprema Corte:

---

<sup>2</sup> MEIRELES TEIXEIRA, J. H.. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, pp. 581, 592-593.



# CÂMARA MUNICIPAL DE REGISTRO

**“VEREADOR DANIEL AGUILAR DE SOUZA”**

Rua Shitiro Maeji, 459 - Centro - Registro (SP) - CEP: 11.900-000

TEL / FAX ( 013 ) 3828-1100

[www.registro.sp.leg.br](http://www.registro.sp.leg.br)

[secretaria@camararegistro.sp.gov.br](mailto:secretaria@camararegistro.sp.gov.br)

**“A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que – por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo – deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca”** (STF, ADI-MC 724-RS, Tribunal Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 27-04-2001). (grifo nosso)

Assim sendo, data vênua, é a justificativa.

**PROTOCOLO Nº 714/ 2017**